

PROFISSIONAL BÁSICO
FORMAÇÃO: DIREITO
(1ª FASE)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

LÍNGUA PORTUGUESA		LÍNGUA ESTRANGEIRA				CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
		INGLÊS		ESPANHOL					
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 10	0,5	21 a 25	0,5	21 a 25	0,5	31 a 40	1,0	51 a 60	2,0
11 a 20	1,5	26 a 30	1,5	26 a 30	1,5	41 a 50	1,5	61 a 70	2,5

b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a caneta esferográfica transparente preferencialmente de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica transparente preferencialmente de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** desta Seleção Pública o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **60 (sessenta) minutos** contados a partir do efetivo início das mesmas. Por motivo de segurança, o candidato só poderá levar o **CADERNO DE QUESTÕES**, se permanecer dentro da sala até **60 (sessenta) minutos** antes do horário estabelecido para o encerramento das provas.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES**, ressalvado o disposto na **Obs.** do item 08, e o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico do **BNDES (www.bndes.gov.br)** e da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO (http://www.cesgranrio.org.br)**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Além da aparência

“Só existem dois dias em que nada pode ser feito: um se chama ontem e o outro amanhã” - Dalai Lama. Início de ano é sempre a mesma coisa: “Este ano vou emagrecer”, “Este ano vou arranjar um bom trabalho”, “Este ano vou achar o amor da minha vida”, este ano, este ano... e por aí vai. Vale tudo (ou quase tudo): roupa branca, pular sete ondas, comer lentilha, se consultar com cartomantes, tarólogos, astrólogos que podem até nos dar uma previsão. Contudo, mais que prever o futuro é preciso concebê-lo! Conceber o futuro é somar novos esforços àqueles já feitos anteriormente em busca de um objetivo muito bem definido e planejado, sem esquecer que esse futuro que concebemos deve estar sempre em congruência com nosso eu. São muitas as promessas que fazemos com o raiar de um novo ano.

A sensação que se tem é a de que ganhamos um caderno novinho em folha, com páginas em branco nas quais escreveremos uma nova história. Mas muitos esquecem que para fazer uma vida nova é preciso não apenas de um novo ano, mas sim de um conjunto de ações que, em minha opinião, podem ser resumidas em três: visão, autoconhecimento e autodesenvolvimento. Assim, acredito que o primeiro passo na construção de uma vida nova começa pela definição de uma visão: o que você quer da vida? Tem gente que vive apenas fazendo o que a vida quer, usando o velho lema do Zeca Pagodinho “deixa a vida me levar”. Prefiro ficar com o Jota Quest que diz: “a gente leva da vida a vida que a gente leva”.

A visão pessoal tem o poder de dar sentido às coisas, muitas vezes aparentemente insignificantes. Ela responde aos porquês. Por que quero emagrecer? Por que quero conseguir um trabalho novo? Por que estou fazendo isso ou aquilo? Ela nos guia e nos mantém no caminho, afinal para quem não sabe aonde vai qualquer caminho serve. O Amir Klink tem uma frase brilhante que diz: “É muito triste passar a vida inteira cumprindo as suas obrigações sem nunca ter construído algo de fato”. Primeiro passo concluído, você sabe o que quer da vida. Agora é preciso saber o que é necessário para concretizar essa visão, para transformá-la em ação.

O segundo degrau dessa escada é saber quem você é. “Conhece-te a ti mesmo”, como diria Sócrates, é fundamental. Literalmente, é preciso se olhar no espelho. Fazemos isso o tempo todo com os outros, observando seus comportamentos, suas ações e até seus aspectos físicos. Mas, quanto tempo das nossas vidas nos dedicamos à auto-observação? Olhar para si mesmo às vezes é duro: descobrimos coisas que nem sempre nos agradam, mas só assim é possível corrigi-las.

Tendo um objetivo claro e se conhecendo fica muito mais fácil definir quais “armas” usar. É como viajar: a depender do destino você arruma sua mala. Se você for para o Alasca e não tiver roupas de frio terá que comprar ou pedir emprestado. O passo seguinte é se desenvolver. Ou seja, eu sei pra onde quero ir, conheço minhas forças e fraquezas, o que preciso aprimorar e/ou adquirir para chegar lá? Conhecimento, comportamento e atitudes.

Uma avaliação 360º tornará possível identificar em quais aspectos precisaremos “caprichar” mais. É necessário armar-se competências, lembrando que o sucesso de ontem não nos garante o sucesso de amanhã. Somando essas três ações e dedicando-se a elas está feito o caminho. Daí é fazer um acordo consigo mesmo e segui-lo à risca. Mais do que estabelecer metas, é preciso planejar, buscar novas oportunidades, ter iniciativa, adquirir as informações necessárias, dar o melhor de si, comprometer-se com suas escolhas, cultivar sua rede de contatos, ter autoconfiança, correr riscos sempre calculados e persistir.

Algumas pessoas tentam, fazem de tudo, mas não conseguem. Para esses deixo uma frase do Bernardinho, técnico da seleção brasileira masculina de vôlei: “Podemos até não vencer o campeonato, mas precisamos deixar a quadra com a certeza de que fizemos o melhor que pudemos”. Outras ganham fôlego no início, mas acabam desistindo. Esses são aqueles que esperam pelos próximos anos, para começar tudo novo de novo. E há ainda aqueles que vão até o final, caem, levantam a poeira e dão volta por cima. Mas é assim que a vida segue. Mensagem final? Não. Mensagem inicial (aqui vai ela): “Pedras no caminho? Guarde todas! Um dia construirá um castelo”.

Carolina Manciola

Disponível em <<http://www.rh.com.br/Portal/Mudanca/Artigo/6506/alem-da-aparencia.html>>. Acesso em: 01 jul 2010. (Adaptado).

1

A passagem do texto que, específica e semanticamente, ratifica a afirmativa de que as pessoas, em geral, estão sempre postergando suas realizações é

- (A) “Só existem dois dias em que nada pode ser feito:” (l. 1-2)
 (B) “...este ano, este ano... e por aí vai” (l. 6)
 (C) “Vale tudo (ou quase tudo):” (l. 6-7)
 (D) “...roupa branca, pular sete ondas,” (l. 7)
 (E) “...consultar com cartomantes, tarólogos, astrólogos...” (l. 8)

2

Em “...astrólogos que podem até nos dar uma previsão.” (l. 8-9), na linha argumentativa do texto, o vocábulo destacado, no contexto em que se insere, caracteriza-se, semanticamente, como um(a)

- (A) bloqueio. (B) demérito.
 (C) refutação. (D) admissão.
 (E) contestação.

3

Em "...esse futuro que concebemos deve estar sempre em **congruência** com nosso eu." (l. 13-15), o vocábulo destacado pode ser substituído, sem alteração de sentido, por

- (A) dissonância. (B) resistência.
(C) correspondência. (D) relutância.
(E) controvérsia.

4

No contexto em que se insere, a expressão que contrasta, semanticamente, com a concepção de futuro é

- (A) "...objetivo muito bem definido e planejado," (l. 12-13)
(B) "...congruência com nosso eu." (l. 14-15)
(C) "...o raiar de um novo ano." (l. 16)
(D) "...caderno novinho em folha," (l. 18)
(E) "...um conjunto de ações..." (l. 21-22)

5

A passagem do texto, dentre as abaixo relacionadas, que apresenta oposição de sentido com "o que você quer da vida?" (l. 26) é

- (A) "...definição de uma visão:" (l. 25)
(B) "...deixa a vida me levar'..." (l. 28)
(C) "...o poder de dar sentido às coisas," (l. 31-32)
(D) "Por que quero emagrecer?" (l. 33)
(E) "Ela nos guia e nos mantém no caminho," (l. 35-36)

6

Em "**afinal** para quem não sabe aonde vai qualquer caminho serve." (l. 36-37), na linha argumentativa do texto, o conector destacado introduz uma

- (A) causa. (B) consequência.
(C) condição. (D) restrição.
(E) conclusão.

7

A partir da leitura do texto, infere-se que o(a)

- (A) autodesenvolvimento diz respeito à conscientização de como realmente somos.
(B) visão pessoal nos orienta quanto ao caminho a seguir.
(C) importância do autoconhecimento está em permitir-nos estabelecer um parâmetro entre o comportamento alheio e o nosso.
(D) projeção de uma vida nova no ano seguinte só é válida quando alicerçada em previsões.
(E) garantia de sucesso está numa "avaliação 360°" sobre nós mesmos.

8

A passagem do texto que, especifica e semanticamente, corresponde a autodesenvolvimento é

- (A) "eu sei pra onde quero ir," (l. 59)
(B) "conheço minhas forças e fraquezas," (l. 60)
(C) "o que preciso aprimorar e/ou adquirir..." (l. 60-61)
(D) "...está feito o caminho." (l. 68)
(E) "é preciso planejar," (l. 70)

9

Em "Vale tudo (ou quase tudo):" (l.6-7), os dois pontos introduzem uma

- (A) enumeração. (B) explicação.
(C) notícia subsidiária. (D) citação.
(E) consequência.

10

NÃO há correspondência semântica entre a passagem retirada do texto e a característica a ela atribuída, em destaque à direita, em

- (A) "...fizemos o melhor que pudemos." (l. 80) – **empenho**.
(B) "Outras ganham fôlego no início," (l. 80-81) – **iniciativa**.
(C) "mas acabam desistindo." (l. 81) – **perseverança**.
(D) "caem," (l. 84) – **insucesso**.
(E) "levantam a poeira e dão volta por cima." (l. 84) – **persistência**.

11

O ditado popular que, semanticamente, corresponde ao sentido de "**Pedras no caminho? Guarde todas! Um dia construirá um castelo.**" (l. 86-87) é

- (A) quem tudo quer, tudo perde.
(B) mais vale um pássaro na mão do que dois voando.
(C) filho de peixe, peixinho é.
(D) casa de ferreiro, espeto de pau.
(E) de grão em grão a galinha enche o papo.

12

Substituindo-se o verbo destacado em "**Só existem** dois dias..." (l. 1) por uma locução verbal, ficará em **DESCORDO** com as regras de concordância verbal, segundo o registro culto e formal da língua, a expressa em

- (A) podem existir. (B) hão de existir.
(C) há de haver. (D) deve haver.
(E) deve existir.

13

"**Contudo**, mais que prever o futuro..." (l. 9-10). Na linha argumentativa do texto, qual o conector que substitui, sem alteração de sentido, o destacado acima e que relação ele estabelece entre o enunciado que introduz e o anterior?

- (A) não obstante – oposição.
(B) por isso – conclusão.
(C) porquanto – explicação.
(D) de modo que – consequência.
(E) enquanto – tempo.

14

A passagem que **NÃO** admite, segundo o registro culto e formal da língua, a transposição para a voz passiva é

- (A) "Este ano vou arranjar um bom trabalho" (l. 4-5)
(B) "...que para fazer uma vida nova..." (l. 20)
(C) "Ela responde aos porquês." (l. 33)
(D) "Fazemos isso o tempo todo com os outros," (l. 47)
(E) "descobrimos coisas..." (l. 51)

15

De acordo com o registro culto e formal da língua, os vocábulos que são acentuados, respectivamente, pelas mesmas regras de "ai" e "até" são

- (A) sabiá – fé. (B) café – além.
(C) diário – reféns. (D) egoísta – você.
(E) consciência – três.

16

A sequência de verbos destacada **NÃO** pode ser considerada uma locução verbal em

- (A) Eles **iam estabelecendo** metas.
- (B) **Esperamos ser** você o vitorioso.
- (C) As pessoas **haviam feito** suas escolhas.
- (D) **Estou investindo** em minha profissão.
- (E) **Tenho de fazer** planos para o futuro.

17

Ao redigir respostas para “Por que quero conseguir um trabalho novo?” (l. 34), cometeu-se, segundo o registro culto e formal da língua, um erro de ortografia em

- (A) Não quero passar a minha vida inteira só cumprindo ordens sem nunca entender por quê.
- (B) Alguns constrangimentos porque venho passando me obrigam a considerar outras opções.
- (C) Para mim, a realização profissional, no momento presente, é importante porque implica melhoria de vida.
- (D) Desse modo, eu poderei saber o motivo por que o sucesso de ontem não nos garante o de amanhã.
- (E) Um dia, atingindo o meu objetivo, eu talvez possa contar-lhe o porquê.

18

Em “Conceber **o futuro** é somar **novos esforços** àqueles já feitos anteriormente...” (l. 10-11), substituindo-se o(s) complemento(s) verbal(ais) pelo(s) pronome(s) pessoal(ais) oblíquo(s) correspondente(s), segundo o registro culto e formal da língua, está correta a passagem reescrita em

- (A) Concebê-lo é somar novos esforços àqueles.
- (B) Conceber-lhe é somar novos esforços àqueles.
- (C) Conceber o futuro é somar-lhes àqueles.
- (D) Conceber-lhe é somar-lhes novos esforços.
- (E) Conceber o futuro é somá-los novos esforços.

19

Observe o trecho a seguir.

“...que o sucesso de ontem não nos **garante** o sucesso de amanhã.” (l. 65-67)

Das passagens transcritas abaixo, qual verbo em destaque apresenta transitividade igual à do verbo destacado acima?

- (A) “a gente leva da vida a vida que a gente **leva**.” (l. 29-30)
- (B) “A visão pessoal tem o poder de **dar** sentido às coisas.” (l. 31-32)
- (C) “afinal para quem não sabe aonde **vai** qualquer caminho serve.” (l. 36-37)
- (D) “Outras **ganham** fôlego no início, mas acabam desistindo.” (l. 80-81)
- (E) “Mas é assim que a vida **segue**.” (l. 85)

20

Já disse ____ você que, ____ medida que o tempo passa, ____ situação se torna mais complicada e não é mais possível ficar ____ espera da solução almejada.

A sequência que preenche corretamente as lacunas do período acima é

- (A) à – a – a – a.
- (B) à – à – a – à.
- (C) a – à – a – à.
- (D) a – a – a – à.
- (E) a – à – à – a.

LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS

The importance of discovering your plan B

By John W. Mullins and Randy Komisar

If the founders of Google, Starbucks, or PayPal had stuck to their original business plans, we'd likely never have heard of them. Instead, they made radical changes to their initial models, became household names, and delivered huge returns for their founders and investors. How did they get from their Plan A to a business model that worked? Why did they succeed when most new ventures crash and burn?

Every aspiring entrepreneur, whether they desire to start a new company or create something new within an existing company, has a Plan A — and virtually all of these individuals believe that their Plan A will work. They can probably even imagine how they'll look on the cover of *Fortune* or *Inc.* magazine. Unfortunately, they are usually wrong. But what separates the ultimate successes from the rest is what they do when their first plan fails to catch on. Do they lick their wounds, get back on their feet, and morph their newly found insights into great businesses or do they doggedly stick to their original plan?

Let's face an uncomfortable fact: the typical startup process, largely driven by poorly conceived business plans based on untested assumptions, is seriously flawed. Most new ventures, even those with venture capital backing, share one common characteristic. They fail. But there is a better way to launch new ideas — without wasting years of your time and loads of investors' money. This better way is about discovering a business model that really works: a Plan B, like those of Google and Starbucks, which grows out of the original idea, builds on it, and once it's in place, enables the business to grow rapidly and prosper.

Most of the time, breaking through to a better business model takes time. And it takes error, too — error from which you learn. For Max Levchin, who wanted to build a business based on his cryptography expertise, Plans A through F didn't work, but Plan G turned out to be the ubiquitous PayPal we know today.

Getting to Plan B in Your Business

How can you break through to a business model that will work for your business? First, you'll need an idea to pursue. The best ideas resolve somebody's pain, some customer problem you've identified for which you have a solution that might work. Alternatively, some good ideas take something in customers' lives that's pretty boring and create something so superior it provides true customer delight, as was the case for the Walkman and the iPod.

50 Next, you'll need to identify some analogs, portions of which you can borrow or adapt to help you understand the economics and various other facets of your proposed business and its business model. And you'll need antilogs, too. As we have seen from the Apple story, analogs and antilogs don't have to only be from your own industry, though. Sometimes the most valuable insights come from rather unusual sources.

55 Having identified both analogs and antilogs, you can quickly reach conclusions about some things that are, with at least a modicum of certainty, known about your venture. But it is not what you know that will likely scupper your Plan A, of course. It's what you don't know. The questions you cannot answer from historical precedent lead to your leaps of faith — beliefs you hold about the answers to your questions despite having no real evidence that these beliefs are actually true.

60 To address your leaps of faith, you'll have to leap! Identify your key leaps of faith and then test your hypothesis. That may mean opening a smaller shop than you aspire to operate, just to see how customers respond. It may mean trying different prices for your newly developed gadget to see which price makes sales pop. By identifying your leaps of faith early and devising ways to test hypotheses that will prove or refute them, you are in a position to learn whether or not your Plan A will work before you waste too much time and money.

The European Business Review

Available at: <http://www.europeanbusinessreview.com/?p=1608> - retrieved on July 4th, 2010.

21

According to the authors,

- (A) businesses only prosper if they strictly adopt their Plan A.
- (B) most famous companies fail because their leaders never stick to their original plan.
- (C) it is necessary to be faithful to the first business plan and wait for customers to respond.
- (D) some currently successful companies had to give up their initial plans for alternative business models.
- (E) companies always fail when they decide to adopt their Plan B as a shortcut to their original business strategy.

22

Google, Starbucks and PayPal are mentioned in paragraph 1 (lines 1-8) since they

- (A) are the only well-known companies in America nowadays.
- (B) represent companies which have never delivered high returns to the investors.
- (C) are examples of companies which made significant alterations to their original business plans.
- (D) illustrate the kind of businesses that remained loyal to their original plans and fought for results.
- (E) have founders who have been on the cover of *Fortune* magazine and are the world's richest men.

23

Mulins and Komisar, in paragraph 3 (lines 21-33), state that the typical business startup process is usually unsuccessful because it

- (A) does not invest rich sums or waste years on precise planning to design an elaborate business model.
- (B) shares common characteristics with traditional businesses that have survived crises.
- (C) expects the business to grow rapidly and prosper faster than all other companies in the market.
- (D) rejects venture capital funding and does not expect immediate returns.
- (E) is based on inadequately designed business plans and on market hypothesis that are not previously tested.

24

Max Levchin, mentioned in paragraph 4 (lines 34-39), can be considered a(an)

- (A) persistent businessman who fought for success.
- (B) careless worker who didn't take time to build a business model.
- (C) foolish entrepreneur who insisted on opening his own company.
- (D) expert in cryptography who failed as a businessman.
- (E) impatient investor who did not believe PayPal would prosper.

25

The term in parentheses expresses the idea introduced by the term in **bold** in

- (A) "**Instead**, they made radical changes to their initial models," – lines 3-4 (replacement).
- (B) "**Unfortunately**, they are usually wrong." – line 15 (reason).
- (C) "**Alternatively**, some good ideas take something in customers' lives that's pretty boring..." – lines 45-47 (cause).
- (D) "**Next**, you'll need to identify some analogs," – line 50 (exemplification).
- (E) "beliefs you hold about the answers to your questions **despite** having no real evidence..." – lines 64-66 (consequence).

26

In the fragments "...their first plan fails to catch on." (line 17) and "How can you break through to a business model..." (line 41), the expressions "catch on" and "break through to" mean, respectively,

- (A) arrange; find.
- (B) work; discover.
- (C) capture; give in.
- (D) pick up; destroy.
- (E) triumph; deteriorate.

27

The expression "...leaps of faith" (line 64) refers to
 (A) a religious conviction that the business project is definitely going to prosper.

(B) confidence on the various concrete evidences that your business model will surely be successful.

(C) everything you do not know about the returns of your investment and should not worry about.

(D) knowledge about historical precedents that are applicable to your company's current situation.

(E) assumptions about the aspects of the business you propose that are carefully thought of but not tested.

28

The word "might" in "... you have a solution that might work." (lines 44-45) can be replaced without change in meaning by

(A) must surely.

(B) will certainly.

(C) may probably.

(D) can eventually.

(E) should definitely.

29

The pair of expressions that express opposing ideas is

(A) "...stuck to..." (line 2) – abandoned.

(B) "...grows out of..." (line 31) – develops from.

(C) "...pursue..." (line 43) - follow.

(D) "...scupper..." (line 62) – ruin

(E) "...devising..." (line 75) – elaborating.

30

The sentence "It may mean trying different prices for your newly developed gadget to see which price makes sales pop." (lines 72-74) implies that

(A) higher product pricing will certainly lead to more market sales.

(B) sales are determined solely by the characteristics of the gadget.

(C) the most appropriate price should be defined by the competitors.

(D) the cheaper the product is, the more profitable the company will be.

(E) previous testing of price ranges will help find the one which will boost sales.

LÍNGUA ESTRANGEIRA - ESPANHOL

Texto 1

Internacional

Obama expondrá en el G-20 su reforma financiera como «modelo» a seguir

Obama culpa a los bancos de desatar la peor crisis financiera en 80 años

El País - ESPAÑA
 Día 26/06/2010 - 10h56

El presidente de Estados Unidos, Barack Obama, pidió el viernes al resto de los líderes mundiales reunidos en la cumbre del G-20 que sigan sus pasos a la hora de reformar el sistema financiero, al tiempo que otros países alabaron sus progresos en la lucha contra las elevadas deudas que amenazan la recuperación global. Un día después de que los legisladores estadounidenses alcanzaron un acuerdo histórico sobre una reforma al sistema financiero del país, Obama animó a sus colegas del G-20 a cumplir sus propias promesas para acabar con las maniobras arriesgadas de los bancos, a las que se ha culpado de desatar la peor crisis financiera en 80 años. "Espero que este fin de semana en Toronto podamos aprovechar estos progresos coordinando nuestros esfuerzos para promocionar el crecimiento económico, conseguir la reforma financiera y fortalecer la economía global", dijo el mandatario poco antes de salir de Washington para ir a Canadá. "Necesitamos actuar concertados por una simple razón: esta crisis demostró y los acontecimientos continúan afirmando que nuestras economías nacionales están inseparablemente relacionadas", añadió.

Los países miembros del G-20, que conforman dos tercios de la población mundial, se reúnen el sábado y el domingo en Toronto. El G-8, formado por Alemania, Canadá, Estados Unidos, Francia, Italia, Japón, Reino Unido y Rusia, se reúne el viernes y el sábado, centrándose sobre todo en ayuda al desarrollo para los países más pobres. Mientras Obama puede reclamar el liderazgo en la reforma regulatoria, Estados Unidos va por detrás de Alemania, Reino Unido y otros países que priorizan los recortes en el gasto para reducir los déficits. Otros posibles motivos de conflicto son el comercio y la divisa china, el yuan. Ya al comienzo de la reunión del G-8, la canciller alemana, Angela Merkel, negó que hubiera divisiones, y aseguró que no hay contradicción entre recortar los gastos e impulsar un crecimiento sostenible. Además declaró que Estados Unidos no mostró una visión opuesta a la política europea de reducción del déficit.

El primer ministro británico, David Cameron, quitó importancia a la división transatlántica, pero dijo que para reducir los desequilibrios entre los países

45 más exportadores y aquellos con más deudas también haría falta que Estados Unidos se apriete el cinturón. “Parte de la gestión de los desequilibrios es que los países con más déficit se arremanguen, hagan el trabajo y se aseguren de que están viviendo con sus medios”, afirmó. El año pasado, el G-20 se comprometió a coordinar una serie de reformas a finales del 2012. Mientras Estados Unidos ha cumplido la mayor parte de estos compromisos, Europa todavía no ha aportado unas normas amplias al acuerdo. Además, países como Canadá o Japón, cuyos bancos tuvieron un mejor rendimiento durante la crisis, han puesto objeciones a algunas de las propuestas de reformas, argumentando que castigan de manera injusta a los bancos que no contribuyeron a la misma. El primer ministro japonés, Naoto Kan, dijo que el debate de las reformas debería tener en cuenta la situación de cada país.

Disponible en: <http://www.abc.es/20100626/internacional/obama-reforma-financiera-201006260257.html>

21

Indique la opción que coincide con las ideas presentes en el texto.

- (A) El presidente americano impuso a los jefes de Estado, reunidos en la cumbre, su modelo de reforma económica.
- (B) Todos los líderes allí reunidos han decidido adoptar como reto las orientaciones de Barack Obama.
- (C) Para Obama, todos deben unir esfuerzos para solucionar la crisis, ya que las economías se encuentran compaginadas.
- (D) Han sido considerados los motivos principales del conflicto el comercio y la moneda china.
- (E) Muchos representantes de los países no estaban de acuerdo con echar la culpa por la crisis a los bancos.

22

Según lo que se advierte en el texto,

- (A) la situación de los países debería evaluarse de forma equivalente, según el ministro japonés.
- (B) la canciller alemana afirmó que no existen contradicciones entre disminuir los gastos y estimular el crecimiento sostenible.
- (C) el liderazgo por la reforma regulatoria fue defendido tanto por Obama como por los demás jefes de Estado.
- (D) el enfoque del desarrollo para los países pobres es prioritario tanto para el G-20 como para el G-8 allí reunidos.
- (E) Canadá y Japón aceptaron sin restricciones las normas sugeridas por los demás representantes en lo que atañe a la reforma bancaria.

23

En lo que se refiere al G-20 se asevera que

- (A) cumplió con todos los compromisos concernientes a la reforma.
- (B) representa cerca de un treinta por cien de la población mundial.
- (C) visa fundamentalmente al desarrollo de los países pobres.
- (D) busca minimizar los perjuicios ocasionados por la crisis bancaria.
- (E) se plantea como reto castigar a los bancos que no contribuyan con la reforma.

24

La expresión **al tiempo** en el primer párrafo (líneas 4-5) identifica

- (A) simultaneidad.
- (B) conformidad.
- (C) semejanza.
- (D) exclusión.
- (E) transitoriedad.

25

“Mientras Estados Unidos ha cumplido la mayor parte de estos compromisos, Europa todavía no ha aportado unas normas amplias al acuerdo.” (líneas 52-54)

Considerando de forma aislada el fragmento anterior, el término “todavía” **NO** se podría sustituir por

- (A) aún.
- (B) no obstante.
- (C) sin embargo.
- (D) al contrario.
- (E) de igual modo.

26

De acuerdo con el texto, **SE EXCLUYE** de los planes para la recuperación de la economía la(el)

- (A) lucha contra la amenaza de las altas deudas.
- (B) exclusión de maniobras bancarias arriesgadas.
- (C) actuación conjunta y coordinación de esfuerzos entre todos.
- (D) corte de gastos para disminución de déficit.
- (E) decisión de cada país por sus propios caminos.

Texto 2

La cumbre de la hamburguesa

27/06/10 – Por Gustavo Sierra

Barack Obama y el presidente ruso Dimitri Medvedev se llevan muy bien. En el último año y medio se vieron siete veces. Esta semana estuvieron nuevamente juntos en Washington. Y la química entre los dos fue tan compatible que el estadounidense lo llevó a comer a su restaurante favorito, la hamburguesería Ray’s Hell de Arlington, a diez minutos de la

10 Casa Blanca. Y allí, con sendos “cuarto de libra” en la mano, discutieron y llegaron a un acuerdo con el tema que más los preocupaba: el nivel del cloro utilizado en la desinfección de los pollos que se exportan a Rusia.

15 Para entonces ya habían acordado sobre las sanciones a Irán y Norcorea, los detalles del histórico tratado de no proliferación nuclear que firmaron a principios de año en Praga y la entrada de Rusia en la Organización Mundial de Comercio. Incluso se aventuraron en las rípidas aguas de la invasión rusa a Georgia, un aliado de Washington. Ese conflicto
20 ocurrido en agosto del 2008 había degradado las relaciones entre las otrora superpotencias a su nivel más bajo desde el fin de la Guerra Fría.

25 Tanta es la estima que se tienen estos dos líderes que Medvedev dijo que recientemente habían tenido una conversación telefónica que se extendió por una hora y 45 minutos. “Me quedó la oreja colorada”, expresó el ruso. Y hasta encontraron una solución para evitar estos malestares. Dijeron que a partir de ahora se enviarían mensajes a través de Twitter.
30 Después se sacaron los sacos para aguantar los 33 grados de la media tarde y cruzaron el Parque Lafayette, frente a la Casa Blanca, para ir a la Cámara de Comercio, con un andar de actores franceses de la Nouvelle Vague.

35 Pero el tema crucial lo trataron mientras le ponían ketchup a la hamburguesa. En enero, Rusia adoptó un nuevo código de sanidad alimenticia y descubrió que los pollos que viene comiendo su población desde hace 15 años ahora contienen un nivel de cloro
40 más elevado que el adecuado. Las productoras estadounidenses perdieron el negocio.

45 Hamburguesa de carne vacuna mediante, Obama y Medvedev acordaron reanudar el comercio de pollo. Algo que jamás se podía haber arreglado a través del teléfono rojo.

Disponible en: http://www.clarin.com/mundo/cumbre-hamburguesa_0_287971343.html

27

La opción en la cual **NO** hay coincidencia de sentido entre la definición expuesta y la palabra en el texto es

- (A) **Sanciones** - penas que una ley o un reglamento establece para sus infractores. (línea 14)
- (B) **Estima** - consideración que se hace de alguien por su calidad y circunstancias. (línea 23)
- (C) **Hamburguesa** - tortita de carne picada, con diversos ingredientes, frita o asada. (línea 36)
- (D) **Negocio** - utilidad o interés que se logra en lo que se trata, comercia o pretende. (línea 41)
- (E) **Vacuna** - virus o principio orgánico que se inocular a una persona o a un animal. (línea 42)

28

“Incluso se aventuraron en las rípidas aguas de la invasión rusa a Georgia, un aliado de Washington.” (líneas 17-19)

Tras la lectura del fragmento arriba se comprende que en ese momento, según el enunciador, los presidentes trataron de un tema

- (A) parcial.
- (B) polémico.
- (C) insoluble.
- (D) prescindible.
- (E) inmejorable.

29

Aunque el texto trate de un tema importante en el escenario mundial, es posible identificar en él rasgos de ironía, como

- (A) algunas mentiras que se presentan como verdad y establecen una relación con la ficción.
- (B) el vocabulario típico de la política, como si su interlocutor fuera uno de ellos.
- (C) las expresiones que en general se relacionan a parejas enamoradas.
- (D) las palabras no adecuadas a la formalidad del tema, como jergas y palabrotas.
- (E) las opiniones parciales relación a uno de los lados de la pelea, de forma caricaturesca.

30

Según el texto, afirmase que

- (A) las dos potencias, Estados Unidos y Rusia, restablecieron el comercio de la carne de pollo.
- (B) las sanciones a Irán y Norcorea continúan como punto de desacuerdo entre los dos países.
- (C) las hamburguesas de carne vacuna rusa tenían una cantidad de cloro nociva a la salud.
- (D) el actual código de sanidad alimenticia rusa condenó la salsa de tomate norteamericana.
- (E) una gran parte de los malestares entre las dos potencias se soluciona por el teléfono rojo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

O princípio da proporcionalidade, acolhido pelo direito constitucional brasileiro, compreende os seguintes subprincípios:

- (A) legalidade, moralidade e necessidade.
- (B) legalidade, moralidade e impessoalidade.
- (C) legalidade, impessoalidade e proporcionalidade em sentido estrito.
- (D) adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.
- (E) adequação, necessidade e moralidade.

32

Considere a afirmativa a seguir.

Ao Presidente da República compete dispor, mediante Decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal – quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos –, e sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

A análise dessa afirmativa conduz à conclusão de que é

- (A) correta porque os casos mencionados são regulados por Decreto autônomo.
- (B) incorreta porque o Decreto é ato normativo destinado apenas a regulamentar as leis.
- (C) incorreta porque a competência para dispor sobre ambas as matérias é privativa do Congresso Nacional.
- (D) incorreta porque são matérias reservadas à Lei complementar.
- (E) incorreta apenas em relação à extinção de funções ou cargos públicos.

33

De acordo com a jurisprudência do STF e as normas constitucionais e infraconstitucionais relativas ao controle de constitucionalidade, **NÃO** é possível a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)

- (A) ser ajuizada pelo BNDES, a partir de um caso concreto em que o Banco seja parte.
- (B) ser ajuizada por entidade de classe de âmbito nacional, que demonstre a existência de pertinência temática.
- (C) ter por objeto atos normativos anteriores à Constituição.
- (D) ter por objeto norma formalmente revogada.
- (E) ter por objeto Lei municipal.

34

Com base na repartição das receitas tributárias, **NÃO** pertencem aos

- (A) Municípios 100% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem.
- (B) Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (C) Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade para os municípios que optarem, na forma da Lei, por atividades de fiscalização e cobrança do respectivo imposto, desde que não implique redução do mesmo ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- (D) Estados e Distrito Federal 50% do produto da arrecadação de novo imposto que a União vier a instituir, com base na utilização de sua competência residual.
- (E) Estados e Distrito Federal 100% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem.

35

À luz das normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, afirma-se que

- (A) a empresa pública e a sociedade de economia mista que não se configurem como empresas estatais dependentes devem obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (B) a operação de antecipação de receita orçamentária destina-se a atender à insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e poderá ser realizada no último ano de mandato do Presidente, do Governador ou do Prefeito.
- (C) a dívida pública fundada alcança o montante total, apurado, sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.
- (D) as despesas autorizadas em Lei e contraídas antes dos dois quadrimestres do término do mandato do titular do poder ou órgão a que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal não podem ser inscritas em restos a pagar, ainda que haja disponibilidade de caixa suficiente para cobri-la.
- (E) os repasses de recursos do Poder Executivo Estadual para os Poderes Legislativo Estadual e Judiciário são considerados como transferências voluntárias.

36

São impostos de competência do Distrito Federal

- (A) IPI, IOF e IGF
- (B) PIS, COFINS e CIDE
- (C) ICMS, IPVA e CIDE
- (D) ICMS, ISS e CIDE
- (E) ICMS, IPVA e IPTU

37

A assessoria jurídica de uma autarquia federal foi questionada a respeito do regime jurídico aplicável aos contratos administrativos celebrados por aquela entidade. A equipe apontou, como característica de tais contratos, a presença de cláusulas que conferem à Administração Pública a prerrogativa de

- (A) celebrá-los com prazo de vigência indeterminado.
- (B) rescindi-los unilateralmente nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, independente de garantia de prévia defesa ao contratado.
- (C) fiscalizar-lhes a execução e aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (D) prorrogá-los por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitando-se a 36 (trinta e seis) meses.
- (E) modificá-los unilateralmente para melhor adequação às finalidades de interesse público, ficando o contratado obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões a serem feitos nas obras, serviços ou compras, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

38

A modalidade de extinção da concessão de serviço público que decorre da inexecução total ou parcial do contrato e que deve ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, denomina-se

- (A) caducidade.
- (B) encampação.
- (C) adjudicação.
- (D) reversão.
- (E) intervenção.

39

A respeito do regime jurídico aplicável às parcerias público-privadas, analise as afirmações abaixo.

- I - Parceria público-privada é o contrato de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.
- II - Uma diretriz a ser observada na contratação de parceria público-privada é a repartição objetiva de riscos entre as partes.
- III - A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade concorrência ou tomada de preços, invertendo-se a ordem das fases de habilitação e julgamento.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I. (B) II.
- (C) III. (D) I e II.
- (E) I e III.

40

Um agente público, pertencente aos quadros de uma empresa pública federal prestadora de serviço público, no exercício de suas atribuições, veio a causar dano a terceiro usuário do serviço em decorrência de conduta culposa comissiva. Nesse caso, responderá(ão) pelo dano causado ao terceiro a

- (A) empresa pública federal, sendo a responsabilidade civil de natureza subjetiva por tratar-se de entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- (B) empresa pública federal, sendo a responsabilidade civil de natureza subjetiva por ter sido o dano causado a terceiro usuário do serviço público.
- (C) empresa pública federal, sendo a responsabilidade civil de natureza objetiva por tratar-se de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, assegurado o direito de regresso contra o responsável.
- (D) União Federal e a empresa pública federal, solidariamente, sendo a responsabilidade civil de natureza objetiva por ter sido o dano causado a terceiro usuário do serviço público.
- (E) União Federal, sendo a responsabilidade civil de natureza objetiva, fundada na teoria do risco administrativo, inexistindo direito de regresso contra o agente público, uma vez que não houve conduta dolosa.

41

João postulou judicialmente a declaração de existência de vínculo de emprego com ente da Administração Pública, já que, de fato, lá trabalhava, por intermediação de cooperativa de mão de obra, tal como outros falsos associados, mascarada de prestação de serviços. A decisão judicial, com base na Súmula nº 331 do TST, negou a existência do vínculo e fez gerar seus efeitos. Com base no exposto, conclui-se que

- (A) sem a prestação do concurso público, nos moldes do art. 37, II da Constituição Federal, não há que se cogitar da formação do vínculo de emprego, embora nada impedisse que João buscasse o vínculo apenas com a suposta cooperativa, com responsabilidade subsidiária da entidade pública.
- (B) sem a prestação do concurso público, nos moldes do art. 37, II da Constituição Federal, não há formação do contrato de emprego, mas mera relação de trabalho, que, nos termos da Súmula 363 do TST, dará direito ao trabalhador de perceber os salários pelas horas trabalhadas, os adicionais respectivos e demais gratificações ajustadas.
- (C) a caracterização da responsabilidade solidária ou subsidiária do ente da Administração Pública implica indenizar o trabalhador pelas horas de trabalho, pelos depósitos no FGTS, férias e 13º salário, nos termos da Súmula 363 do TST.
- (D) a responsabilidade solidária, bem como a subsidiária, não se aplicam aos entes da Administração Pública, por preterirem a formalidade essencial do concurso público, inscrita no art. 37, II da Constituição Federal.
- (E) independente da prestação do concurso público, João obterá, via recurso, o reconhecimento do vínculo de emprego com a Administração Pública, face à responsabilidade solidária do ente perante a relação de trabalho estabelecida.

42

A Empresa X interpôs embargos declaratórios contra decisão monocrática do Ministro Relator do processo, em trâmite no TST, com base no art. 557 do CPC, postulando efeito modificativo perante o Colegiado. Esse ato, nos termos da Súmula 421 do TST, enseja a conversão dos embargos declaratórios em agravo. Nessa perspectiva, os princípios processuais trabalhistas que informam tal possibilidade de conversão dos recursos supramencionados são os do(a)

- (A) dispositivo e do duplo grau de jurisdição.
- (B) fungibilidade e da perempção.
- (C) fungibilidade e da celeridade.
- (D) celeridade e da perempção.
- (E) celeridade e do duplo grau de jurisdição.

43

A CLT, ao identificar e definir o empregador como sendo a própria empresa, adota a denominada teoria da despersonalização do empregador, conforme a citação abaixo.

“Na realidade, a despersonalização do empregador, de acordo com a definição da C.L.T., não se confunde com a chamada teoria da desconsideração da personalidade jurídica”.

(GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 311)

Note-se que essa última teoria não se aplica restritivamente à figura do empregador, aplicando-se também a outros ramos do direito. No entanto, sobre a mencionada teoria, aplicada às relações de trabalho, afirma-se que o(a)

- (A) art. 2º, parágrafo 2º da CLT, consagra a teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Direito do Trabalho, quando a realidade demonstra a existência de empregador único.
- (B) natureza jurídica da desconsideração da pessoa jurídica não é autônoma diante da teoria dos vícios do ato jurídico.
- (C) teoria atinge a constituição, a estrutura e a existência da pessoa jurídica empregadora.
- (D) teoria se confunde com a anulação ou declaração de nulidade da personalidade jurídica.
- (E) teoria cuida da extinção ou dissolução da pessoa jurídica.

44

O juiz trabalhista deve declarar, na hora marcada, aberta a audiência por força do caput do art. 815 da CLT. Entretanto, se, até 15 minutos após a hora marcada, o juiz não houver comparecido, as partes podem retirar-se, nos termos do parágrafo único do citado artigo. Tal tolerância para o juiz foi alargada para 30 minutos pelo art. 7º, XX da Lei nº 8.906/94. Pelo exposto, quanto a atrasos em audiência, sabe-se que

- (A) a tolerância legal também se aplica para atrasos das partes, devido ao princípio da isonomia.
- (B) a critério do juiz em audiência poderá ser aguardada uma das partes ou seu advogado atrasado, sem a concordância da outra parte litigante e seu patrono.
- (C) a tolerância máxima de 30 minutos para o juiz também se aplica em caso de ele ainda estar realizando audiências anteriores na mesma pauta.
- (D) as partes podem retirar-se da sala sem fazer constar o ocorrido no livro de registros das audiências, caso o juiz compareça à audiência após expirado o limite da tolerância.
- (E) não há qualquer previsão legal de tolerância para atraso das partes e, se ocorrer por razões não legalmente previstas para autorizar o adiamento da audiência, estar-se-á afrontando a igualdade que deve ser dispensada pelo juiz às partes, nos termos do art. 125, I do CPC.

45

A Empresa Y interpôs recurso ordinário perante TRT diverso do seu endereço sede, através de fac-símile, com base na Lei nº 9.800/1999 e Súmula 387 do TST. Assim, chamou para si alguns efeitos processuais, dentre eles, o de

- (A) estar atenta à contagem do quinquídio para apresentação dos originais do recurso interposto por fac-símile, que flui do dia seguinte à interposição do recurso.
- (B) ter ciência da aplicação da regra do art. 184 do CPC, quanto ao *dies a quo*.
- (C) saber que, no caso, a regra contida no art. 184 do CPC, exclui a coincidência com sábado, domingo e feriado, por força da Súmula nº 01 do TST.
- (D) considerar que a Lei nº 9.800/1999 é aplicável, somente, a recursos interpostos após o início de sua vigência.
- (E) considerar que a Lei nº 9.800/1999 é aplicável, somente, a recursos ordinários e de revistas.

46

Um contrato de financiamento internacional, regido pela Lei das Ilhas Cayman, foi repactuado por aditivo, assinado pelas partes, ao final de longa negociação, em Nova York. A empresa devedora ofereceu como reforço de garantia uma hipoteca naval sobre embarcação atualmente em uso em navegação de cabotagem no Brasil. Essa garantia

- (A) é regida pela Lei das Ilhas Cayman, escolhida pelas partes.
- (B) é regida pela Lei brasileira, local de situação do bem.
- (C) é regida pela Lei de Nova York, local da assinatura do aditivo contratual.
- (D) é regida pela Lei de incorporação da devedora se for pessoa jurídica.
- (E) não terá validade no Brasil porque o contrato é internacional.

47

Um contrato internacional, assinado em Nova York, é garantido por fiança pessoal de dois acionistas brasileiros da empresa, domiciliados em São Paulo. Iniciada a execução por falta de pagamento no Brasil, os fiadores alegam a incompetência da justiça brasileira. Nesse caso, a justiça brasileira

- (A) é competente em razão da nacionalidade brasileira dos fiadores.
- (B) é competente por serem os devedores domiciliados no Brasil.
- (C) será competente apenas se a obrigação principal tiver que ser cumprida no Brasil.
- (D) não tem competência sobre contratos internacionais regidos por regras de direito alienígena.
- (E) não tem competência porque o contrato não foi assinado no Brasil.

48

Entre as cláusulas contratuais tipicamente encontradas nos contratos internacionais de financiamento, **NÃO** figura a cláusula de

- (A) *cross-default* (inadimplemento cruzado).
- (B) *force majeure* (força maior).
- (C) eleição de foro.
- (D) escolha da Lei aplicável.
- (E) *buy-or-sell* (compra ou venda).

49

- No que se refere à tutela constitucional do meio ambiente e aos princípios orientadores do Direito Ambiental, sabe-se que a(o)
- (A) ordem econômica brasileira deve observar o princípio da defesa do meio ambiente, embora não se admita tratamento diferenciado quanto ao impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
 - (B) competência legislativa em matéria ambiental é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, cabendo aos Estados editar normas gerais sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente, controle da poluição e responsabilidade por dano ao meio ambiente.
 - (C) ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental, quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, considerando-se o princípio da prevenção.
 - (D) efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é assegurada pelo Poder Público, ao exigir licenciamento ambiental e estudo prévio de impacto ambiental para instalação de todas as obras ou atividades potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente.
 - (E) cumprimento da função social da propriedade rural depende, dentre outros requisitos, da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e da preservação do meio ambiente.

50

Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e a responsabilidade civil ambiental, analise as afirmações a seguir.

- I – Até a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a responsabilidade civil ambiental era subjetiva, ou seja, dependia da existência de culpa para que houvesse a obrigação de reparação dos danos causados ao meio ambiente.
- II – A responsabilidade civil por danos ambientais no Brasil é objetiva, sendo considerados poluidores somente as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, diretamente responsáveis por atividade causadora de degradação ambiental.
- III – A aprovação de projetos habilitados a benefícios concedidos por entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais deve ser condicionada ao licenciamento ambiental e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- IV – O Sistema Nacional do Meio Ambiente é composto por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dentre os quais se encontra o Conselho Nacional do Meio Ambiente, órgão consultivo e deliberativo a quem compete estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e IV.

51

Tício obtém, mediante fraude, crédito vinculado a *leasing* financeiro, sendo denunciado pelo Ministério Público como incurso nas penas do art. 19, da Lei nº 7.492/86, que regulamenta os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Alega que inexistiu crime uma vez que o Banco não teria natureza pública.

Diante de tal quadro, conclui-se que

- (A) a obtenção de crédito fraudulentamente, mediante *leasing*, não caracteriza crime contra o Sistema Financeiro Nacional.
- (B) a pena cominada é a mesma, seja em instituição privada ou pública, em fatos dessa natureza.
- (C) a origem da instituição, quer pública ou privada, é irrelevante para tipificar o crime descrito.
- (D) o crime descrito implica a necessidade de que recursos públicos estejam envolvidos para ser tipificado.
- (E) somente os mútuos bancários, em sentido estrito, caracterizam o delito em foco.

52

Um Banco recebe pedido de financiamento da Empresa Mascas e Mascotes Ltda., representada por seu sócio-gerente, o Sr. Empédocles. Realizando diligências quanto à regularidade cadastral do proponente, o Banco verifica a existência de processos criminais por infração a normas penais que tratam da proteção ao meio ambiente. As anotações indicam a persecução penal à pessoa jurídica, bem como ao sócio-gerente. Indagado sobre as anotações, o Sr. Empédocles informa que, segundo seu advogado, a pessoa jurídica está infensa da responsabilidade penal e, quanto à pessoa física, ainda não existe condenação, estando os fatos em fase de apuração judicial. Alega que ingressou na empresa em data posterior aos fatos narrados como ilícitos.

A partir do caso exposto, conclui-se que

- (A) no sistema pátrio não há responsabilização criminal de pessoa jurídica.
- (B) nos crimes ambientais sempre haverá concurso de agentes, incluindo pessoa física sócia e pessoa jurídica.
- (C) os crimes ambientais permitem a responsabilidade criminal da pessoa jurídica.
- (D) a responsabilidade da pessoa física por crimes ambientais é objetiva.
- (E) a pessoa física é a quem cabe somente responder pelos crimes ambientais praticados.

53

A Empresa Bolas e Bolas Ltda. formaliza, em 2005, contrato de empréstimo com um Banco, com prestações para pagamento em vinte e quatro meses. No segundo mês, o devedor não realiza o pagamento, ocorrendo, por determinação contratual, o vencimento integral da dívida. Após três anos, o crédito foi cedido para a Empresa Trocas e Troças Ltda., especializada em cobrança patrimonial. O devedor, instado pela empresa de cobrança, formaliza acordo para pagamento, datado de novembro de 2009, em dez prestações. Mais uma vez, a Bolas e Bolas Ltda. não cumpre o contrato, comunicando que não mais realizaria pagamentos, em função da constatação de que a dívida estaria prescrita.

Diante de tais fatos e à luz da legislação civil em vigor, afirma-se que

- (A) a pretensão da Bolas e Bolas Ltda. não mais pode ser reconhecida porque houve novel avença.
- (B) a prescrição é renovada mês a mês, sendo relação de trato sucessivo, não se podendo, no caso, falar de prescrição.
- (C) no caso descrito, há regra especial que estabelece prazo de dois anos, como sendo de prescrição.
- (D) deve haver reembolso, diante do prazo prescricional incidente, caso a ré pague a dívida.
- (E) o prazo prescricional em tela seria de dez anos.

54

Tício contrata com determinado Banco um empréstimo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com pagamento em dez prestações. Com o atraso no pagamento da segunda prestação, passaram a incidir juros diários, de natureza moratória. Além disso, o Banco quer cobrar, por incluso no contrato, juros remuneratórios no mesmo percentual dos moratórios. O devedor nega-se a pagar juros cumulativamente.

Diante de tais fatos e à luz da legislação civil em vigor, conclui-se que

- (A) a pretensão de Tício deve ser acolhida uma vez que há cumulação indevida de juros.
- (B) a cumulação de cobrança de juros somente é possível quando pactuada.
- (C) os contratos bancários somente permitem a cobrança de juros moratórios.
- (D) os juros devem incidir segundo a taxa para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
- (E) os juros estão limitados, constitucionalmente, a 12% (doze por cento) ao ano.

55

Caio e Trício formalizaram contrato de conta-corrente com um Banco, tendo recebido talões de cheque para movimentação da conta. Trício emitiu um cheque no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) sem a devida provisão de fundos. Aduzindo existir solidariedade passiva entre os correntistas, o Banco comunicou o evento aos órgãos de proteção ao crédito, com inscrição de Caio e Trício como devedores. Inconformado, Caio postulou ao Banco a retirada do seu nome dos citados órgãos de proteção ao crédito, o que foi indeferido administrativamente. Observando o instituto da solidariedade civil, analise as afirmações a seguir.

- I - Está caracterizada a solidariedade passiva presumida entre os devedores, pelo fato de figurarem, conjuntamente, no contrato de conta-corrente.
- II - Não havendo solidariedade, cada devedor responde por parte da dívida, em proporção.
- III - O caso descrito caracteriza solidariedade ativa.
- IV - Havendo a remissão da dívida de um devedor, ela se comunica ao outro.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

56

José adquire um automóvel por meio de financiamento de um Banco, garantido mediante alienação fiduciária. Após o pagamento de dez prestações, transfere a titularidade do bem para João, que não mais realiza o pagamento das prestações restantes. Após cinco anos de uso, João alega ter adquirido o bem por usucapião, tendo em vista que o Banco não cobrou a dívida remanescente. O Banco aduziu que não houve autorização para a transferência do bem e, por força disso, permanece a alienação fiduciária na sua integralidade. Diante desse fato, conclui-se que

- (A) o reconhecimento da usucapião poderia ser requerido somente por José.
- (B) os requisitos para a usucapião de bem móvel estão preenchidos.
- (C) a alienação fiduciária se extingue pela transmissão do bem não autorizada pelo credor.
- (D) a posse do bem é considerada clandestina e desnatura a usucapião.
- (E) a autorização de transferência do bem, dado em garantia, não é requisito para a extinção da propriedade resolúvel.

57

J. e J. Ltda., Sociedade regularmente constituída, estabelece contrato de financiamento com Superbanco S/A, pactuando o valor da prestação em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), pelo período de cinco anos, com um ano de carência. O pagamento foi ajustado mediante recebimento de boleto e pagamento no Banco Comercial Mínimo S/A. Quando em curso o contrato, após o pagamento da vigésima prestação, o devedor foi surpreendido com a liquidação, do Banco Mínimo S/A, por iniciativa do Banco Central, tendo comunicado o fato ao credor. Passados dois meses, foi remetida boleto com a cobrança de três prestações, acrescidas de multa, juros moratórios e correção monetária, já fixados pelo credor. Inconformado, apresentou requerimento ao Superbanco S/A, postulando a exclusão dos indevidos acessórios, o que restou indeferido. Ato contínuo, a Empresa J. e J. Ltda. foi incluída nos registros de proteção ao crédito.

Diante desse contexto, analise as afirmações a seguir.

- I - O contrato, consoante o Código Civil, exige observância da boa-fé objetiva e da funcionalização do contrato.
- II - Os atos do credor são admissíveis vez que foi caracterizada a *mora debendi*.
- III - A função social do contrato tem por escopo limitar a autonomia da vontade quando esta confronte o interesse social.
- IV - O inadimplemento do devedor deve ficar em sigilo uma vez que implicaria o descumprimento de norma avençada contratualmente, sem eiva de vício.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) III.
- (B) IV.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II, III e IV.

58

A diretoria do Banco Super S/A, com o objetivo de adequar o seu balanço às regras internacionais, resolve ceder diversos créditos de difícil recuperação a empresas especializadas em cobrança. Nessa trilha, cedeu o crédito da Empresa X Ltda. à Empresa Z Ltda. O devedor não foi comunicado do ato e somente teve ciência da situação quando recebeu, em sua sede, carta de cobrança, indicando a origem da dívida.

Nessa perspectiva, à luz da legislação, entende-se que o(a)

- (A) crédito pode ser cedido pelo credor, desde que não haja proibição legal ou a convencionada, não importando a natureza da obrigação.
- (B) cessionário de boa-fé pode ser obstado por cláusula proibitiva de cessão.
- (C) ciência do devedor, quanto à cessão, poderá ocorrer por publicação em meio de comunicação.
- (D) cessão do crédito não abrange os acessórios, como regra geral.
- (E) cessão de crédito não tem efeito em relação ao devedor caso o mesmo não tenha sido notificado.

59

O Banco Bah propõe ação de procedimento ordinário em face da Empresa TA S/A, alegando danos morais e materiais decorrentes de atos realizados pelos prepostos da ré que, a par de descumprirem normas contratuais, ofenderam os funcionários do Banco que supervisionavam o cumprimento da avença. Foi determinada a citação da Empresa que não apresentou contestação. Apesar de declarada a revelia, foi determinada a realização de audiência de instrução e julgamento. Após a oitiva das testemunhas, com o indeferimento de inúmeras perguntas, não foi acatado agravo retido interposto em audiência pelo advogado do Banco. Na ata de audiência, constou o indeferimento do agravo, tendo sido prolatada sentença no mesmo ato. O recurso de apelação foi apresentado tempestivamente, mas não foi recebido, por entender o magistrado que o recurso seria inadequado. De tal decisão foi ofertado agravo de instrumento, também obstado pelo mesmo motivo: inadequação. Não mais existem recursos a ofertar.

Observado o descrito acima, conclui-se que

- (A) foram esgotados os meios defensivos, observado o devido processo.
- (B) havendo atos teratológicos, sem recursos, o meio de impugnação cabível é o Mandado de Segurança.
- (C) o magistrado está dispensado de prestar informações quanto a seus atos, atacados por *mandamus*.
- (D) os atos judiciais, como os descritos no texto, são infensos ao Mandado de Segurança.
- (E) a liminar, em mandado de segurança, não poderia destrancar o recurso não recebido, neste caso.

60

Ticio, devidamente qualificado, propôs ação de procedimento ordinário com a intenção de cobrar valores decorrentes de pagamentos efetuados a um Banco, considerados pelo autor indevidos, cumulando o pedido com danos morais. Regularmente citado, o Banco, na condição de réu, apresentou contestação. Considerando que o réu não ofereceu fundamentos adequados para combater a tese exposta na exordial, o Juiz entendeu ser a resposta abusiva, adequada à previsão do art. 273, inciso II, do Código de Processo Civil, e determinou o pagamento imediato da quantia cobrada. Diante disso, o réu apresentou recurso, alegando que o autor não possuía patrimônio, causando risco de irreversibilidade da medida.

Nesse contexto, afirma-se que

- (A) um dos elementos da tutela antecipada é a possibilidade de que a medida possa ser reversível.
- (B) a irreversibilidade aduzida não é aplicável ao caso apresentado.
- (C) a decisão carece de fundamento diante da necessidade de caracterização da urgência.
- (D) a decisão exposta no texto é uma sentença.
- (E) a decisão que defere a tutela antecipada é imodificável.

61

Faturamento S/A promove ação de execução, com base em título extrajudicial, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de débito vencido aos 5/1/2010. Após os atos processuais próprios, o réu não foi localizado, sendo o processo arquivado. Em 3/2/2010, o autor requer o desarquivamento dos autos e postula o prosseguimento do processo, tendo o réu sido citado em 5/3/2010. O réu não apresenta bens à penhora e requer, em petição avulsa, a extinção do processo vez que ficou nulo o título apresentado, por ausência de subscrição do devedor.

Nesse contexto, analise as afirmações a seguir.

- I - A nulidade do título pode ser fundamento da exceção de pré-executividade.
- II - A ausência de bens a penhorar não exclui a possibilidade de apresentação de embargos à execução.
- III - Existindo previsão de defesa na execução, após a reforma processual, não se admite mais a exceção de pré-executividade.
- IV - A decisão que julga a exceção, quando a acolhe, é interlocutória.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

62

João, qualificado nos autos, promoveu ação de procedimento ordinário com pedido por danos morais. Regularmente citado, o réu apresentou resposta, em tempo hábil. Após a devida instrução do processo, houve prolação de sentença, julgando extinto esse processo, sem exame de mérito, por entender o magistrado que houve o preenchimento de uma das condições para o exercício do direito de ação. Foram apresentados embargos declaratórios, improvidos. Em seguida, houve apelação, que foi provida, determinando o retorno dos autos ao Juízo *a quo* para prolação de sentença de mérito.

Nesse contexto, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) os Embargos de Declaração podem ter efeitos infringentes.
- (B) a sentença que não examina parte do pedido é *citra petita*.
- (C) um dos elementos da sentença é a fundamentação, cuja ausência nulifica o ato.
- (D) tendo sido a sentença atacada por recurso de apelação, poderia o órgão *ad quem* julgar o mérito, ultrapassando eventual nulidade, aplicando-se a teoria da causa madura.
- (E) não pode ocorrer sentença de extinção do processo, após a produção de todas as provas, sem exame de mérito.

63

Um Banco de Investimentos formalizou contrato de financiamento imobiliário garantido por alienação fiduciária de imóvel, nos termos da legislação em vigor. Não havendo o pagamento do empréstimo garantido, o credor realizou atos de execução extrajudicial, notificando regularmente o devedor e consolidando a propriedade imobiliária. Inconformado, o devedor declarou haver ilegalidade e inconstitucionalidade no processo de execução extrajudicial e propôs ação para desconstituir os atos praticados.

A partir dessa narrativa, conclui-se que a(o)

- (A) alienação fiduciária imobiliária permite a aplicação das regras da execução extrajudicial.
- (B) consolidação da propriedade fiduciária pelo credor independe do pagamento de quaisquer taxas ou tributos incidentes.
- (C) execução extrajudicial vinculada à alienação fiduciária imobiliária não permite a purga da mora.
- (D) credor fiduciário, após notificar o devedor e ocorrendo o seu silêncio, deverá comunicar tal fato ao Juiz.
- (E) devedor deve ter acolhida sua pretensão diante da impossibilidade de legitimar execução extrajudicial de imóvel.

64

A Empresa de Navegação Boanave S/A promove ação de reparação em face do Superbanco S/A, aduzindo prejuízos acarretados pela não liberação de verbas oriundas de Fundo administrado pela instituição financeira de fomento. Regularmente citado, o réu alegou que somente lhe cabe a administração do referido Fundo, mas que as regras aplicáveis ao financiamento são estipuladas pela União Federal, e que se limita a cumprir as diretrizes implementadas pela referida pessoa jurídica de direito público. Após os trâmites de estilo, com a produção de todas as provas requeridas, o pedido é julgado procedente, determinando o pagamento de perdas e danos, apurados em liquidação de sentença, bem como declarando a autora adimplente com todos os contratos relacionados ao Superbanco, pedido este não constante da exordial. O réu apresentou recurso de esclarecimento, que foi improvido, e ofertou após apelação, recebida no efeito devolutivo. A autora apresentou execução provisória, requerendo o pagamento imediato da quantia que apresenta em liquidação, postulando a intimação para cumprimento, o que foi deferido, havendo recurso de agravo de instrumento.

Diante desse caso infere-se que

- (A) o recurso de apelação deve ser recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo.
- (B) o agravo de instrumento não é o meio de impugnação adequado para atacar a decisão que determinou o cumprimento de sentença.
- (C) os vícios da sentença somente podem ser solucionados mediante apelação.
- (D) a sentença *citra petita* não pode ser resolvida por embargos de declaração.
- (E) não cabe execução provisória quando o recurso é recebido no efeito devolutivo.

65

Em relação às ações das sociedades por ações, analise as afirmações a seguir.

- I – Cabe ao estatuto social determinar a quantidade de ações que serão emitidas para divisão do capital social.
- II – É vedada a emissão de ações por preço abaixo do seu valor nominal, sob pena de nulidade.
- III – De acordo com a natureza dos direitos de seus titulares, as ações podem ser de 3 (três) espécies: ordinárias, preferenciais ou de fruição.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

66

A Constituição Brasileira de 1988, artigo 5º, incisos X e XII, garante a inviolabilidade da intimidade e da vida privada do cidadão, bem como o sigilo dos seus dados. Nessa linha, para que os direitos do contribuinte sejam alterados e para que possa haver a quebra do sigilo bancário pelas autoridades fiscais, sem processo judicial, é necessária uma

- (A) Lei Ordinária, posterior à Constituição Federal.
- (B) Lei Complementar, que venha a regulamentar a quebra do sigilo fiscal.
- (C) Emenda Constitucional, alterando o dispositivo citado.
- (D) Portaria do Ministro da Fazenda.
- (E) nova Assembleia Constituinte.

67

Nos casos de falência e nas recuperações judiciais,

- (A) por se tratar de interesse patrimonial, da decisão que conceder a recuperação judicial o Ministério Público não poderá agravar, cabendo tal recurso apenas aos credores.
- (B) por se tratar de procedimento civil, não há legitimidade ministerial para a propositura de ação revocatória após a falência.
- (C) faculta-se ao juiz intimar o Ministério Público para oficiar no feito.
- (D) em qualquer modalidade, alienado o ativo da sociedade falida, o Ministério Público será intimado pessoalmente, sob pena de nulidade.
- (E) caso seja feita a alienação do ativo da sociedade falida por leilão, dada sua publicidade, não é necessária a intimação pessoal do Ministério Público.

68

No dia 9 de fevereiro de 2005, foi editada a Lei nº 11.101, que veio a regular a recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

Dentre as inovações trazidas pela nova Lei, podemos afirmar que

- I - desaparecem as concordatas preventiva e suspensiva, e a continuidade dos negócios do falido.
- II - foi criada a recuperação extrajudicial.
- III - as obrigações resultantes de atos jurídicos válidos, praticados durante a recuperação judicial, em conformidade com a legislação em vigor, terão prioridade de recebimento sobre os créditos tributários e trabalhistas quando é declarada a falência.
- IV - uma vez apresentado o pedido, o devedor tem até 60 dias para apresentar um plano detalhado de recuperação dizendo de que forma vai se recuperar e pagar seus credores.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

69

A respeito do cheque, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) os cheques devem ser emitidos contra bancos ou instituições financeiras equiparadas, caso contrário não terá validade de cheque.
- (B) o endosso num cheque passado ao portador torna o endossante responsável, nos termos das disposições que regulam o direito de ação, mas, nem por isso, converte o título num cheque “à ordem”.
- (C) uma vez emitido, o texto do cheque não pode ser alterado, sob pena de nulidade.
- (D) o cheque é pagável à vista, considerando-se não-estrita qualquer menção em contrário.
- (E) se uma pessoa teve um cheque roubado, o novo portador legitimado está desobrigado a restituí-lo, se não o adquiriu de má-fé.

70

São características dos contratos bancários:

- I - a previsão de juros, sendo que aqueles que não tiverem tal dispositivo podem ser revistos pela taxa média de mercado;
- II - a comutatividade;
- III - a possibilidade de terem por objeto tanto operações ativas quanto passivas;
- IV - na modalidade de empréstimos se subdividem em contratos de mútuo ou de comodato.

São corretas as características

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

RASCUNHO